

Gabinete militar propõe taxar internet, e ministro nega

Gabinete militar propõe taxar usuário de internet, e ministro nega

Projeto, que visa bancar agência de segurança cibernética de R\$ 600 mi, tem repercussão negativa

Marianna Holanda e Nathalia Garcia

BRASÍLIA O GSI (Gabinete de Segurança Institucional) elaborou uma proposta de Política Nacional de Segurança Cibernética, que prevê a criação de uma agência para melhorar a governança da atividade. Para financiar o projeto, com custo anual de quase R\$ 600 milhões quando plenamente implementado, o órgão, tradicionalmente comandado por militares e ligado à Presidência, propõe cobrar dos usuários uma taxa pelo uso da internet.

Depois da publicação da reportagem pela Folha, o ministro Paulo Figueira (da Secom, a Secretaria de Comunicação da Social da Presidência) divulgou nota dizendo que "não há nenhuma possibilidade de taxa de usuário de internet para financiar uma agência de cibersegurança ou qualquer iniciativa desse tipo".

A nota foi divulgada após integrantes da oposição explorarem o tema, como o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), e repercussão negativa nas redes sociais.

"Essa política já vem sendo estudada há algum tempo. Estamos, logicamente, refinando. Esperamos que, neste ano, ainda seja apresentado ao Congresso", disse à Folha o ministro do GSI, general Marcos Antonio Amaro dos Santos.

"Quando se apresenta um projeto de lei que gera despesa, tem de apresentar uma fonte para cobertura dessa despesa. Bazono pelo qual também estão sendo indicadas algumas possibilidades que o Congresso terá de estudar, avaliar se é conveniente, se existem outras fontes para serem utilizadas para sustentar a criação dessa agência".

O texto já foi apresentado aos ministros da Justiça, da Fazenda, do Planejamento, de Ciência e Tecnologia e de Gestão. Agora, passará pelo crivo jurídico da Casa Civil e, depois, do presidente Lula (PT). Por se tratar da criação de uma política nacional, a taxa teria de ser aprovada pelo Congresso, via projeto de lei. Há ainda o prazo de um ano para ser instalada a agência, após a nova regra entrar em vigor.

De acordo com a proposta, a taxa de cibersegurança — chamada de TICber no projeto em estudo — correspon-



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) durante evento em Brasília nesta quinta-feira (13). Pedro Ladeira/InfoPress

derá a 1,5% do valor pago pelos internautas para ter acesso à rede, em conceito similar à taxa de iluminação pública, cobrada diretamente na fatura da conta de luz.

Segundo os cálculos do órgão, no caso de um usuário que gasta R\$ 70 por mês com internet, por exemplo, a taxa sairá ao custo de R\$ 1,05.

O GSI argumenta que o percentual corresponde à soma do que é arrecadado com o Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações) — 4% — e com o Funtel (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) — 0,5%.

Nesse novo desenho, contudo, não está prevista a criação de um fundo. A cobrança da tarifa renderia R\$ 581,9 milhões por ano aos cofres públicos, segundo o estimativa do órgão. Para chegar a esse montante, o GSI considera que o Brasil conta hoje com 157,7 milhões de usuários da internet, que gastam em média R\$ 3,70 por mês com o serviço.

Além de taxar o acesso à internet, a proposta também inclui uma cobrança de 12% sobre o registro de domínios, ou seja, o nome que será regis-

trado para que um site possa ser encontrado na internet. O pagamento seria feito no momento de renovação desses registros, que têm custo médio anual de R\$ 35.

Nessa modalidade, o governo prevê arrecadar R\$ 12,6 milhões, que também seriam destinados para bancar o funcionamento da agência.

Em ambos os casos, não há uma verba disponível entre pessoas físicas e jurídicas. "Não teríamos alguma dificuldade para calcular isso. O Congresso talvez tenha mecanismos entre-esse em debater coisas diferentes", diz o assessor especial do GSI, Marcelo Malagutti.

Há também, segundo ele, o temor de perder já neste momento o apoio de entidades como, por exemplo, a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

"Infelizmente, tudo que o governo faz o cidadão tem que pagar. Nesse caso, a nossa percepção é que nós estamos cobrando relativamente pouco por um serviço relevante para os usuários da internet", diz Malagutti.

Segundo os membros do GSI, apesar da impopularidade da medida, a recepção ao projeto tem sido positiva en-

tre os parlamentares. Já foi realizada uma audiência no Senado Federal, assim como uma outra audiência pública para tratar do tema.

"Ninguém em si conscientiza-se contra a cibersegurança, contra uma iniciativa que visa a dar segurança no ambiente digital para todo cidadão e para toda empresa", diz o secretário de Segurança da Informação e Cibernética do GSI, brigadeiro Luiz Fernando Moraes da Silva.

Quando se apresenta um projeto de lei que gera despesa, tem de apresentar uma fonte para cobertura dessa despesa

Marcos Antonio Amaro dos Santos ministro do GSI, sobre a Política Nacional de Segurança Cibernética

"O que cria resistência é criar uma estrutura com cargos e não ter arrecadação. O Congresso não vai dar carta branca para ninguém sem que tenhamos uma fórmula, sem que mostremos de onde que os recursos vão sair".

De acordo com o relato dos integrantes do governo, os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) também não mostraram resistência ao tema. A equipe econômica apenas ponderou a necessidade de apontar uma fonte de receita para a sustentação do projeto.

A verba cobrada de cidadãos e empresas será usada para financiar o custo estimado em R\$ 59,1 milhões da agência quando ela estiver plenamente instalada (em seu quinto ano de existência). O orçamento será destinado para gastos com pessoal e custeio.

Inspirada em um modelo de uma agência reguladora, a AN-Ciber (Agência Nacional de Cibersegurança) foi desenhada para contar com 800 servidores, ao final de cinco anos. Para cada ano de implantação, uma parcela do efetivo será incorporada ao quadro funcional da instituição, sendo

81 funcionários no primeiro ano de atuação.

A primeira leva integraria a agência por meio de concurso, que é quando o órgão de origem não pode negar o ceder o funcionário à Presidência e por contratação de temporários. De acordo com estimativas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, o tempo médio para realização de um concurso e chamamento de aprovados é de, no mínimo, dois anos.

Apesar de estar sob o guarda-chuva do GSI, a agência seria uma autarquia de regime especial, assim como do Banco Central. Ou seja, uma vez que os nomes dos diretores e do presidente tenham sido aprovados pelo Senado e depois nomeados, eles têm mandatos a serem cumpridos e estariam blindados de eventuais alterações políticas.

Agência é uma peça dentro de um plano mais abrangente. O principal objetivo da política é dar um norte preventivo no caso de ciberataques e criar instrumentos práticos para esta área, segundo integrantes do GSI, tanto órgãos do Estado quanto privados têm seus departamentos e suas regras para segurança, mas não há um protocolo comum.

De acordo com o secretário de cibernética do GSI, a agência não atuará de forma hierarquizada, mas como um ponto focal para padronizar e compartilhar as melhores práticas. "Não basta haver atividade institucionalizada, é preciso que seja coordenada, porque as ameaças são parecidas e aparecem de todos os lados. Um ente detecta alguma coisa, e o quanto mais rápido ele passar isso através de uma rede colaborativa, vai prevenir que aquilo se alastre. A palavra-chave para a agência é governança", disse Silva.

O que motivou a apresentação do projeto de lei neste ano — e com pedido de urgência, segundo o GSI — é o aumento vertiginoso de ciberataques no Brasil, com prejuízos financeiros que podem chegar a US\$ 200 bilhões no país em 2023, segundo a consultoria especializada Accenture. Essa cifra tem sido usada como um dos principais argumentos para o estabelecimento da agência.

Malagutti lembra ainda o ciberataque ao sistema do STJ (Superior Tribunal de Justiça) em 2022, que é considerado por especialistas o pior já ocorrido em um sistema público do país. Na ocasião, o diretor do departamento de tecnologia da informação do tribunal acusou o comando de defesa cibernética, ligado ao Ministério da Defesa, e o departamento da Polícia Federal (PF) para crimes dessa ordem.

Veículo: Impreso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Pagina: 15